

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.413 - SP (2019/0082564-7)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : ANTONIO LOPES PEREIRA  
**RECORRENTE** : JOSE RENATO DA SILVA  
**RECORRENTE** : JOSE MARROCOS DE SOUZA  
**RECORRIDO** : SEBASTIAO FREIRE MARINS  
**ADVOGADO** : JOSÉ GONÇALO VALADARES - SP105991  
**RECORRIDO** : MUNICIPIO DE POA  
**ADVOGADO** : SAULO ESTÉFANO DE SOUZA - SP302285  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso em Mandado de Segurança, interposto por ANTONIO LOPES PEREIRA e outros, com fundamento no art. 105, II, **b**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, publicado na vigência do CPC/2015, assim ementado:

"MANDADO DE SEGURANÇA Ajuizamento contra sentença de procedência de ação civil pública da qual os impetrantes não participaram Impossibilidade Ato judicial passível de recurso, ao qual poderá ser concedido efeito suspensivo Artigo 14 da Lei 7.347/85 Autores mandamentais que deveriam ter manejado o pertinente apelo, na condição de terceiros interessados Artigo 996 do CPC Improriedade manifesta da via eleita Não cabimento do 'writ' como substitutivo do recurso próprio, previsto na lei processual Incidência da Súmula 267 do STF Não caracterização, outrossim, de decisão teratológica ou de flagrante ilegalidade, que poderia, em tese, autorizar a mitigação da regra Processo extinto, sem julgamento do mérito, na forma dos artigos 330, III, e 485, I, do CPC" (fl. 357e).

Os recorrentes, em resumo, sustentam que "devido à procedência da Ação Civil Pública objeto de repúdio deste *writ* e com o qual os recorrentes visam o trancamento da Ação proposta pelo DD. Representante do Ministério Público da Comarca de Poá, SP., que pediu a Anulação do PROCESSO PÚBLICO SELETIVO DE ACESSO N.º 02/2008, PARA A GUARDA CIVIL MUNICIPAL CRIADA ATRAVÉS DA LEI N.º 3.260/2007" (fl. 374e).

Aduzem que "são Servidores Públicos Municipais há mais de 20 (vinte) anos de serviço, sempre lotados na antiga Diretoria de Segurança Urbana e, desde o ano de 2008 quando foi criada a Guarda Civil Municipal continuaram a pertencer á atual Secretaria Municipal de Segurança Urbana do Município, sem qualquer interrupção ou desvio da função para outra área de atuação que não fosse à de Segurança Pública, ou de proteção dos equipamentos públicos sempre ocupando e exercendo as funções de

Guardas Civis Municipais, sendo regidos agora pela Lei Municipal n.º 3.722/2014; e 3.718 de 07 de maio de 2014" (fls. 375/376e), e que, "ao contrário do que foi afirmado pelo DD. Representante do Ministério Público em suas exposições de motivo da Ação Pública que ora se combate, nenhum dos recorrentes jamais exerceu qualquer outra atividade que não fosse 'ATRIBUIÇÃO DA FUNÇÃO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL', nenhum deles nunca trabalhou em atividade como de trabalhador braçal; faxineiro; pedreiro; ou Ajudante Geral, sempre pertenceram a Secretaria, antes Diretoria Municipal de Segurança Urbana, os recorrentes não conhecem outra atividade que não fosse atribuição de Guarda Civil Municipal, desconhecem a prestação de outro serviço que não seja a 'PROTEÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS, E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, ASSIM COMO AS INCUMBÊNCIAS', inseridas entre as alíneas 'A á J' da Lei 3.260/2007, publicadas no Edital 002/2008, além do combate á criminalidade em todas as suas espécies, conforme se pode constatar por inúmeras publicações jornalísticas e Boletins de Ocorrência, nos quais os impetrantes são retratados e/ou mencionados como condutores e/ou testemunhas em Autos de Prisão em Flagrante de autores de TRÁFICO DE DROGAS; FURTOS; ROUBOS, HOMICÍDIOS, AMEAÇAS; PICHACÕES, ESTUPROS" (fl. 378e).

Assim, "se de um lado o artigo 37, II da Constituição Federal estabelece que a investidura em cargo público se fará através de concurso público, de outra banda neste caso os IMPETRANTES JÁ ERAM SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVO, EM CARGOS SEMELHANTES corno (Vigias e Guardas Patrimoniais), antes de se ascenderem ao cargo de Guardas Civis Municipais, mesma Secretaria Municipal de Segurança Urbana de Poá, SP., hipótese em que a SUMULA vinculante n.º 43 do STF e reiterados Julgados admitem a possibilidade de ascensão, 'como reflexo do poder da administração de forma de organizar e reorganizar sua estrutura e lotar seus servidores'" (fls. 380/381e).

Em conclusão, entendem que, embora "tenham participado de todo o Processo Seletivo, exceto da prova escrita porque já eram á época servidores públicos efetivos pertencentes á Secretaria, então Diretoria Municipal de Segurança Urbana, não podem ser prejudicados pela criação de uma Lei que não foram eles quem criaram, alias já foram prejudicados por terem deixado de participar de outros Processos Seletivos porque foram seduzidos pela Administração a permanecerem, e realizar diversas capacitação como Guarda Civil Municipais, quando poderiam se qualificarem para outra atividade profissional, e prejudicados ainda por serem preteridos em suas promoções da carreira em relação aos que fizeram a prova escrita, não podem serem prejudicados depois quase 10 (DEZ) ANOS exercendo a função de Guardas Municipais, por mera vaidade na propositura da combatida Ação Civil Pública" (fl. 389e).

Asseveram, por fim, que "satisfeitos os requisitos autorizadores (*fumus boni iuris* e *periculum in mora*), a liminar deve ser concedida inaudita altera pars, de

modo a conferir eficácia ao presente mandamus" (fl. 390e).

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 445e).

**A irresignação não merece conhecimento.**

Ao que se tem dos autos, o Tribunal de origem **denegou a segurança**, firme na seguinte fundamentação:

"Preceitua o artigo 5º, inciso II, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que 'não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo'.

Em consonância com o citado dispositivo legal, há ainda a Súmula 267 do Colendo Supremo Tribunal Federal, cujo teor é expresso ao estabelecer:

'Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição'.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça também vem assentando que: (...)

Ora, a decisão aqui hostilizada, que julgou ação civil pública proposta pelo Ministério Público contra a Municipalidade de Poá, desafia recurso de apelação, aliás, apresentado pelo ente público ali acionado, ao qual poderá ser conferido efeito suspensivo, nos expressos termos do artigo 14 da Lei nº 7.347/85, razão pela qual soa evidente a inadequação da via eleita pelos impetrantes.

Por sinal, já se decidiu que: 'Se o juiz pode conceder efeito suspensivo ao recurso, não cabe mandado de segurança para conseguir esse objetivo (STJ-6ª T., RMS 2.585-8, Min. Vicente Cernicchiaro, j. 28.6.93, DJU 11.10.93)' (v. Theotonio Negrão, José Roberto F. Gouvêa, Luis Guilherme Aidar Bondioli, João Francisco Naves da Fonseca, "Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor", 47ª edição, São Paulo, Saraiva, 2016, nota 2 ao artigo 14 da Lei Federal nº 7.347/85).

Ademais, importa considerar que não estamos diante de hipótese de decisão teratológica ou de flagrante ilegalidade, não se justificando, sob qualquer enfoque, o uso do mandado de segurança em lugar do recurso cabível, mitigando-se a regra posta no verbete da Súmula 267 do STF; ou seja, a ação mandamental não é meio adequado para atacar a decisão judicial questionada nos autos, suscetível de recurso próprio, que poderia ser interposto pelos próprios impetrantes, na condição de terceiros prejudicados, na forma prevista no artigo 996 do Código de Processo Civil.

Descabida a impetração de mandado de segurança contra ato judicial consistente em sentença, sendo caso de carência da ação, vez que tal decisão deveria ser impugnada por meio de recurso previsto na legislação processual (v. artigo 1009 do Código de Processo Civil), não podendo ser revista por decisão da instância superior em sede de ação mandamental.

E nem se invoque o teor da Súmula 202 do STJ 1 como sustentáculo ao ajuizamento da impetração sob exame, porquanto já assentou o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, precisamente, que:

(...)

Na verdade, os impetrantes abriram mão de interpor o recurso pertinente na espécie (apelação), na condição de terceiros diretamente interessados no desate da ação civil pública em causa, para desde logo valerem-se da ação mandamental, utilizando-a como sucedâneo recursal, o que não pode ser admitido.

Aliás, vale anotar que, em seu apelo interposto contra a sentença de procedência da aludida ação principal (processo nº 1000805-15.2017.8.26.0462), a Municipalidade de Poá expressamente postulou a concessão de efeito suspensivo ao recurso, para obstar os efeitos da tutela provisória deferida em primeiro grau, 'sob pena de causar irreparável prejuízo' aos interesses do Município (v. fls. 697/698 dos autos da ação civil pública).

Cumprasse assentar, então, que caso deferido esse pedido apresentado pela Municipalidade naqueles autos, os ora impetrantes veriam atendida sua pretensão aqui formulada, sem necessidade de intentarem qualquer outra medida judicial.

Ante o exposto, tem lugar o indeferimento da petição inicial e conseqüente extinção do feito, na forma dos artigos 330, inciso III, e 485, inciso I, ambos do Código de Processo Civil" (fls. 360/365e).

Contudo, do exame das razões recursais de fls. 373/391e, observa-se que, não obstante a extensa peça recursal, **a parte ora recorrente furtou-se de impugnar específica e suficientemente os fundamentos em que se pautou o acórdão recorrido**, limitando-se a reiterar, em suma, as razões do próprio **mandamus**.

Nesse diapasão, aplica-se à espécie o entendimento segundo o qual "a **Súmula 283/STF** prestigia o princípio da dialeticidade, por isso não se limita ao recurso extraordinário, também incidindo, por analogia, no recurso ordinário, quando o interessado não impugna, especificamente, fundamento suficiente para a manutenção do acórdão recorrido" (STJ, AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal convocada TRF/3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2015).

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL. ALEGADA OMISSÃO DO PODER PÚBLICO QUANTO AO PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL E VPNI. SEGURANÇA DENEGADA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, EM FACE DA

AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DO ALEGADO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF, POR ANALOGIA. INOVAÇÃO, EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Trata-se de Agravo interno, interposto contra decisão monocrática publicada em 26/04/2016, que, por sua vez, decidira recurso interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73.

II. Na forma da jurisprudência desta Corte, 'a Súmula 283/STF é aplicável aos recursos ordinários' (STJ, RMS 46.487/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/08/2016).

III. Caso concreto em que, nada obstante o Tribunal de origem houvesse denegado a segurança, ao fundamento de inexistência de comprovação do direito líquido e certo alegado - uma vez que os documentos colacionados aos autos evidenciariam que a parte impetrante percebe remuneração superior ao cargo paradigma, inexistindo, portanto, defasagem remuneratória -, nas razões do Recurso Ordinário a parte agravante limitou-se a tecer considerações genéricas acerca da legislação aplicável à espécie. Incidência da Súmula 283/STF, por analogia.

(...)

V. Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no RMS 46.775/DF, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/10/2016).

"ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. OUTORGA DE DELEGAÇÕES NOTORIAIS. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO ATACADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 283 E 284 DO STF. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA NÃO CUMPRIDA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. Cuida-se, na origem, de Mandando de Segurança impetrado contra ato do Presidente da Comissão de Concurso para Outorga de Delegações Notariais e Registrais no Estado do Paraná objetivando o afastamento da exclusão do ora recorrente do referido certame, garantindo a sua participação nas demais fases do concurso.

2. A Corte de origem denegou a segurança por entender que 'já logram superadas as demais etapas classificatórias do Concurso, com a realização inclusive da prova oral, de modo que o eventual acolhimento do presente pleito não traria nenhum proveito ao Impetrante.' (fl. 183, e-STJ).

3. Contudo, esse argumento não foi atacado pela parte recorrente e, como é apto, por si só, para manter o decisum combatido, permite

aplicar na espécie, por analogia, os óbices das Súmulas 284 e 283 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo.

(...)

6. Recurso Ordinário não provido" (STJ, RMS 51.337/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/10/2016).

**"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. DEMISSÃO. DIVÓRCIO ENTRE AS RAZÕES RECURSAIS E O TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO E DA CONTROVÉRSIA DE FUNDO. SÚMULAS 283 E 284/STF. APLICABILIDADE. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO.**

1. Recurso ordinário interposto contra o acórdão que denegou a segurança no pleito mandamental impetrado contra ato judicial que visava combater acórdão que decidiu controvérsia de suspensão de segurança; o impetrante alegava que seria a única via possível.

2. Da leitura atenta dos autos se infere que o debate de fundo está relacionado com a pretensão autoral de reapreciar questão ligada a processo disciplinar, e essa dissonância de razões em recorrer atrai a aplicabilidade das Súmulas 283 e 284/STF, por analogia: 'Se as razões recursais não infirmam os fundamentos do acórdão guerreado, incide, por analogia, o disposto nos enunciados nº 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal' (AgRg no RMS 48.307/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 17.8.2015.).

3. A Súmula 283/STF é aplicável aos recursos ordinários, como bem se identifica na jurisprudência do STJ. Precedentes: AgRg no RMS 33.036/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 30.6.2016; AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, DJe 18.12.2015; AgRg no RMS 41.529/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24.11.2015; e AgRg no RMS 20.451/RS, Rel. Ministro Ericson Marinho (Desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 4.9.2015.

Recurso ordinário não conhecido" (STJ, RMS 46.487/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/08/2016).

Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do recorrente expor, de forma clara e precisa, a motivação ou as razões de fato e de direito de seu inconformismo, impugnando os fundamentos da decisão recorrida, de forma a amparar a pretensão recursal deduzida, requisito essencial à delimitação da matéria impugnada e consequente predeterminação da extensão e profundidade do efeito devolutivo do recurso interposto, bem como à possibilidade do exercício efetivo do

contraditório.

Nesse sentido, assim já decidiu esta Corte, em feitos análogos ao presente,

**in verbis:**

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

(...)

II – A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal.

III – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V – Agravo Interno improvido" (STJ, AgInt no RMS 57.918/BA, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe de 15/10/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. ART. 932, III, DO CPC.

1. O recurso ordinário em mandado de segurança, como espécie recursal que é, reclama, para sua admissibilidade, a fiel observância do princípio da dialeticidade, impondo-se à parte recorrente o ônus de expor, com precisão e clareza, os erros - de procedimento ou de aplicação do direito - que justificam a reforma do acórdão recorrido, não bastando, para isso, a simples insatisfação com a denegação da ordem.

2. Nas hipóteses em que as razões do recurso não infirmam especificamente os fundamentos do acórdão recorrido, nos capítulos em que é impugnado, é dever, e não faculdade do Relator, não conhecer do recurso. Inteligência dos art. 932, III, do CPC e 34, XVIII, "a", do RISTJ.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no RMS 41.710/BA, Rel.

Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/03/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, **a**, do RISTJ, **não conheço** do presente Recurso Ordinário. Prejudicado o pedido de concessão de medida liminar.

É de se registrar, outrossim, que, como descabe condenação em honorários advocatícios no Mandado de Segurança, nos termos do art. 25 da Lei n. 12.016/2009, por conseguinte, não há previsão para arbitramento dos honorários recursais do art. 85, § 11, do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

